

Percursos Teóricos a Propósito da Inflação

“Em 1986 a taxa de inflação dos países industriais reduziu-se a 2,3%, o nível mais baixo registado desde 1961 (...) Esta diminuição pronunciada teve carácter geral, pois apenas em dois países dos que declararam dados registaram-se aumentos (Canadá e Noruega)” (*Boletín del FMI* - 16 de Março de 1987, pág. 75)

Com a diminuição da "taxa de inflação" nos países industrializados poderá parecer a alguns despropositado escrever um artigo sobre o tal tema, tanto mais que o nosso país também se encontra entre os que beneficiaram de uma diminuição dos preços.

Tal conclusão seria precipitada, por várias razões, a saber:

- a) Há já alguns anos que se vem desenhando uma tendência de atenuação do aumento de preços nos países desenvolvidos, mas tal fenómeno não se estende aos países subdesenvolvidos, onde se assiste a fenómenos de agravamento inflacionista. Estamos, em diversas situações, no que poderíamos designar simplistamente por "exportação da inflação dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos".
- b) Considerando apenas os países industrializados também não deixa de ser importante salientar dois factos:
 - I. apesar da diminuição da taxa de crescimento dos preços eles continuam a subir (aspecto evidente mas frequentemente quase esquecido) com a excepção da RFA;
 - II. a diminuição da taxa de inflação processa-se num período de recuperação da economia mundial, o que significa que a teoria económica tradicional continua desajustada em relação à dinâmica do real.
- c) Do ponto de vista teórico não será despiciendo testar uma teoria explicativa da inflação, começada a elaborar num período de grande aceleração da inflação, numa situação económica diferente, como a que se vive actualmente.

Permitam-me, contudo, que dê a este artigo um carácter um pouco diferente do habitual. Em vez de aproveitar este espaço para apresentar as conclusões a que cheguei sobre a inflação, em geral e em Portugal, utilizando o método de exposição, transmita-vos algumas das preocupações que conduziram ao processo de investigação, que culminou com o doutoramento. Algumas delas encontraram uma resposta satisfatória, outras continuam a ser motivo de inquietação intelectual e de reflexão. Se as conclusões aqui transmitidas, podem surgir um pouco desinseridas e sem a rigorosa dedução lógica a adopção por tal conteúdo do artigo também torna mais explícitas algumas problemáticas.

1. BREVE HISTORIA DE UMA INVESTIGAÇÃO

1.1. O interesse pelo estudo da inflação foi a confluência de dois caminhos, o da praxis social e o do estudo, intimamente ligado ao da actividade profissional, sendo de admitir que foi o segundo o determinante, no curto prazo.

Após um percurso algo irregular na docência de diversas cadeiras de economia defrontei-me com o vasto mundo dos problemas monetários. Com uma formação marxista há muitos anos consolidada pelo estudo atento das obras fundamentais e por uma prática política, habituado erradamente a considerar a moeda como uma categoria pouco importante no sistema de relações conceptuais, defrontava-me com uma nova realidade: a impossibilidade da teoria marxista construir um edifício completo e coerente, falhando logo nas suas bases -- na teoria do valor-trabalho -- se não possuir uma teoria da moeda.

Estudar a moeda e o crédito no quadro da economia política foi o completar desta, descobrindo, simultaneamente, muitas das suas lacunas na interpretação da economia contemporânea, e o questionar sobre a validade do marxismo num confronto com outras interpretações da moeda.

Reconstruído o edifício, para o qual contribuiu de uma forma insubstituível o livro *A Moeda em Marx* (1), constatei que a utilização dos conhecimentos adquiridos sobre e através da moeda e do crédito encontravam a sua plena aplicação, o seu teste de validade, no estudo da inflação. Esta declaração de intenções quanto aos caminhos teóricos a prosseguir eram concordantes com algumas das preocupações que a intervenção social ia colocando.

Chegava à inflação através da moeda, mas rapidamente concluía que os sistemas monetário e financeiro não eram, só por si, suficientes para a explicar. A estrutura actual daqueles sistemas mais não são do que um factor permissivo, também ele o resultado de imperativos impostos por determinadas vertentes do processo de acumulação capitalista.

Duas questões se colocaram desde cedo:

- a) O que é a inflação?
- b) Como reelaborar a teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho?

2. PRECISÃO DO OBJECTO TEÓRICO

A necessidade de explicitação do objecto teórico tinha sido uma exigência pressentida desde cedo, mas que se foi consolidando, reelaborando, aprofundando à medida que investigava a problemática inflacionista, e resultava das seguintes lucubrações:

- a) Há muitos objectos reais na sociedade que nunca se transformam em objectos teóricos. Para que tal aconteça é necessário que aquele seja acompanhado, esteja relacionado de alguma forma, de modificações sociais, de alterações na correlação de forças das classes e grupos em confronto. Uma realidade social só se interioriza, só se transforma em tema científico, em tema da economia política, através do conflito. A identificação da inflação com o aumento de preços, embora duradouro, ou com a diminuição do poder de compra da moeda, outra forma de exprimir o mesmo, não exprime esse conflito. Este encontra-se na repartilha do rendimento que acompanha a inflação, o que, por sua vez, tem que ver com diferentes ritmos de crescimento entre os diversos preços e os diversos salários, entre aqueles e estes.
- b) A palavra "inflação" apresentava uma longa história, prenhe de alterações de sentido. Etimologicamente significava empolamento e era utilizada na linguagem corrente, em expressões como "ter inflação na barriga". Em 1876 um autor português falava de os "inflacionistas" para designar os defensores da emissão monetária sem qualquer obstáculo. Da análise dos relatórios do Banco de Portugal também resultava que
 - I. entre 1931 (data a partir da qual os relatórios passam a englobar uma análise da economia portuguesa) e 1945 nunca se emprega a palavra "inflação" apesar de se tratar do "custo de vida" e dos "preços" com bastante veemência;
 - II. em 1946 e nos dois anos seguintes é utilizado o substantivo "inflação" no sentido de empolamento, mas aquele é adjectivado: no primeiro ano de "monetária" e nos dois seguintes de "meios de pagamento"
 - III. Nos quatro anos seguintes não há qualquer utilização deste tipo de terminologia, sendo o período em que se começam a atribuir aos aumentos de preços uma conotação negativa
 - IV. em 1953 falava-se apenas de "pressão inflacionista", o que vai acontecer até 1969, expressão acompanhada por outras similares; enquanto no primeiro ano não era claro o significado atribuído a tais palavras, em 1955 significa empolamento monetário e a partir do ano seguinte passa a significar (embora de início sem grande clareza) aumento de preços
 - V. a partir de 1969 verificam-se algumas modificações terminológicas: a expressão "pressões inflacionistas" é substituída por "tensões inflacionistas", a qual é utilizada

até 1976. Este adjectivo também é utilizado para qualificar "processo"; o substantivo passa a ser utilizado com adjectivação dirigida à explicitação da causa: "importada", "por via custos", "por via especulativa", "de preços e salários"

VI. a partir de 1978 o substantivo "inflação" deixa, quase sempre de ser adjectivado e, só por si, significa aumento de preços.

Havia que despejar o conceito inflação de um lastro linguístico que arrastava consigo a influencia do conhecimento corrente e o peso político de certas interpretações do aumento de preços.

- c) Cada teoria explicativa da "inflação" tem a sua caracterização. Para uns é "aumento de preços", para outros "excesso de procura"; para uns "aumento de preços duradouro", para outros "todo e qualquer aumento de preços"; para uns uma realidade microeconómica com repercussões macro, para outros o inverso, para uns "subida de preços", para outros "diminuição do poder de compra da moeda", etc. Muitos dos debates em torno da "inflação" são diálogos de surdos porque a cada posição corresponde o seu objecto teórico.
- d) Após aprofundadas análises sobre a natureza dos salários não tinha a mínima dúvida de que aqueles são um preço, assim como a força de trabalho é uma mercadoria. Se tal constitui uma pedra basilar no edifício da teoria do valor-trabalho, os estudos teóricos das outras correntes do pensamento económico e os trabalhos econométricos confirmavam-no. Então não seria legítimo identificar inflação com uma determinada dinâmica dos preços com exclusão dos salários.
- e) Produtividade, valor e preços são três categorias interligadas. As duas primeiras estão relacionadas negativamente, e as duas últimas estão-no positivamente. Resta desbravar os caminhos do relacionamento e as suas expressões quantitativas, mas as ligações anteriormente expressas são ponto de convergência entre todas as correntes do pensamento que assumem como relevante o conceito de valor. Assim sendo, o aumento de preços e salários só é um problema teórico na medida em que aqueles aumentam sem aumento do valor, em que crescem conjuntamente com a produtividade. A constatação deste facto permitiu passar da realidade fenomenológica (variação de preços e salários com determinadas características) para a metafenomenológica (confronto entre dinâmica do valor e dos preços), encontrando-nos no cerne do corte epistemológico.

Alguns destes aspectos já tinham encontrado uma resposta em 1978 quando afirmava que "a inflação é um aumento geral de preços, que não aparece hoje para desaparecer amanhã, mas que se verifica de forma sistemática... e que tem mostrado tendência de agravamento. É um aumento geral de preços que é crónico, que tende a revelar uma tendência cumulativa (...) Mas estes dois aspectos da alta de preços não são suficientes para caracterizar a inflação, nem dariam por si o relevante carácter social que aquela assume. Os preços aumentam geral e cronicamente, mas atingindo os preços das diversas mercadorias com intensidades diferentes, sendo de realçar as evoluções diferenciadas do preço da força de trabalho e das restantes mercadorias" (2) mas muitas das preocupações anteriormente expressas, algumas delas cronologicamente posteriores ao referido artigo, não tinham uma resposta.

Mais, algumas das afirmações do extracto anterior ainda exigiam um cuidado refinamento:

- a) Como é possível falar de aumento geral de preços quando não se conhecem todos os preços e a amostra revela que em períodos de aumento de preços existem sempre alguns que baixam (um estudioso francês mostraria mesmo que em períodos de aumentos de preços há, por vezes, mais de 50% dos produtos com baixas)?
- b) Em que circunstâncias é que se deve falar em aumento crónico de preços? Todos os aumentos sistemáticos de preços têm o mesmo significado qualitativo?

Se esta segunda questão encontrou resposta fácil ao considerar diversos tipos de aumento crónico (tendencial, anual, na fase descendente do ciclo longo, em crise, em todas as situações sem ou com agravamento) o mesmo não aconteceu com a primeira. A resolução das contradições entre dispersão e generalidade dos movimentos dos preços passa pela escolha de uma amostra pela aplicação de dois critérios: i) um económico (preços no consumidor dos produtos industriais e dos serviços) resultante

da análise dos preços durante séculos e sobretudo desde o advento do capitalismo em Portugal, por mercados e produtos; ii) um sociológico (preços no consumidor dos produtos indispensáveis à vida das populações, utilizadas maioritariamente numa certa fase histórica).

Da tentativa de solução das questões anteriores e de outras que não são dignas de explicitação chegou-se à seguinte definição: a inflação é uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica, com unidade na mundialidade daquela formação social e moldada nas especificidades de cada realidade nacional, cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável à diminuição do valor do ouro e que se exprime fenomenologicamente no aumento diferenciado geral crónico dos preços no consumidor dos produtos industriais e serviços e dos salários, diacronicamente heterogéneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas.

Não nos preocupando em retirar desta caracterização todas as conclusões no que pode ter de válido para apreciação crítica de diversas explicações da inflação, para a periodização e quantificação da inflação em Portugal ou ainda na chamada de atenção para os problemas principais a reanalisar na teoria do valor, gostaríamos de chamar a atenção para os seguintes aspectos:

- i) Alguns dos germes da inflação encontram-se, no que se refere a Portugal, no início deste século, encontrando-se numa fase de gestação até à recuperação que se seguiu à grande crise de 1929/33. No início da década de 50 e de 70 encontram-se os arranques de duas novas fases qualitativamente diferentes.
- ii) O cerne da inflação é o hiato entre as dinâmicas dos valores e dos preços e salários, pelo que é possível ter-se aumentos de preços sem inflação (pseudo-inflação) e inflação sem aumento de preços (cripto- inflação). Todos os factores capazes de influenciar micro ou macroeconomicamente a dinâmica dos preços e salários mas sem alterar matrotemporalmente, estruturalmente, aquele hiato são variáveis irrelevantes ou de segundo plano.

Quanto à dispersão constatou-se que o período historicamente limitado de alta dos preços com as características actuais herdou a dispersão dos preços nas suas várias dimensões, impondo-lhe algumas modificações qualitativas e que a dispersão dos preços e salários não é uma categoria autónoma, justaposta às outras características da estrutura de preços, pois integra e caracteriza esta e sofre a acção do movimento global. Constatou-se que existem alguns períodos particularmente importantes para o processo inflacionista, períodos de modificação qualitativa, que são de modificação profunda da estrutura de preços e salários relativos. Concluiu-se que é o aumento do crescimento dos preços que aumenta a dispersão. Contudo ficou por estudar muitos aspectos do ritmo diferenciado de variação de preços (determinantes estatísticas principais da diferenciação, quantificação das relações anteriormente referidas, natureza dos períodos de transição, etc.).

Problemas que ficaram em aberto e que têm importantes consequências teóricas, na medida em que a dispersão é a heterogeneidade a explicar no quadro da homogeneidade do espaço dos valores e de propagação monetária.

3. QUESTÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR

Colocar o cerne da problemática inflacionista no hiato estrutural entre a massa de valores e de preços pressupunha uma opção implícita, que havia que explicitar, pela teoria do valor-trabalho, remetendo para o núcleo duro das controvérsias há muito estabelecidas: articulação valor/preços.

As respostas fundamentais ao referido ponto de controvérsia são exteriores à Economia Política, são do foro da epistemologia. Só o longo percurso pelas relações dialécticas entre o concreto e o abstracto, o concreto-sensível e o concreto-de-conhecimento, o objecto-real e o objecto-teórico, o fenómeno e a essência, a abstracção e a abstracção-científica, a passagem do-concreto-ao-abstracto e do-abstracto-ao-concreto, a realidade-fenomenológica e a realidade-metafenomenológica impedem transferir para o ontológico as limitações do gnosiológico, permite fundamentar coerentemente uma teoria do valor e utilizá-la como suporte científico para o estudo da totalidade das relações económico-sociais. Contudo,

também no estrito quadro da Economia Política se colocam dificuldades: não existe uma teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho, por muito importantes e insubstituíveis que sejam as análises desta.

Para quem esteja habituado a raciocinar dentro dos quadros teórico da referida teoria do valor não será difícil deduzir que três grandes questões se colocavam:

- Qual a relação entre valor, valor de troca, preço de produção e preço de mercado? Como se processa a "transformação" dos valores em preços de produção e qual o significado dessa "transformação"?
- Qual a acção dos monopólios (cujo significado haveria que precisar) sobre os valores, preços de produção e preços de mercado?
- Qual a intervenção da moeda e do crédito sobre a estrutura de valores e de preços?
- Duas outras se colocavam na medida em que eram indispensáveis para a especificação da quantificação do valor:
- Qual a relação entre o valor e os mecanismos de mercado?
- Quais as diferenças entre o "trabalho simples" e o "trabalho complexo" na criação de valor?

Tentemos responder a cada uma delas, de uma forma breve, seguindo a ordem

3.1. "Redução" do trabalho complexo ao trabalho simples

É corrente na literatura sobre estes assuntos afirmar que a quantificação do valor exige uma tripla redução: do trabalho concreto ao trabalho abstracto, do trabalho complexo ao trabalho simples e às condições médias de produção. É dentro deste panorama que surge o problema em epígrafe, dentro dum cenário que está viciado à partida:

- não tem sentido passar do trabalho concreto ao trabalho abstracto porque ambos não são mais do que características do mesmo e único trabalho e quando a vertente social do trabalho é predominante, histórica e logicamente, em relação à individual;
- tais análises tendem a confundir a unidade de medida de um certo "espaço" com a existência deste: perante a dificuldade de encontrar a "unidade de tempo-padrão" para medir o "espaço do quantum de trabalho" tendem a negar a existência deste; é a vertente qualitativa do valor que permite a sua vertente quantitativa e a relação entre "espaço" e "medida" faz-se na passagem lógica do primeiro para a segunda e não o inverso; - a problemática do trabalho simples e complexo ao nível da quantidade de valor criado é um falso problema.

Precisemos o conteúdo deste último ponto, que é o resultado da obra de Marx ainda apresentar alguns resquícios (reduzidos e sem consequências minimamente significativas para a teoria do valor e a explicação do capitalismo) do período anterior à sua genial descoberta da diferença entre as categorias trabalho e força de trabalho; de sobre eles alguns dos seus críticos colocarem as "cargas de dinamite" da luta teórica e, ainda, de uma certa dificuldade do pensamento marxista em agarrar o essencial de O Capital para elaborar novos desenvolvimentos que a dinâmica da sociedade e da ciência económica exigem.

A demonstração de que é um falso problema pode ser referida em três pontos:

- i) Como recordávamos num outro trabalho, se considerarmos a força de trabalho dos diversos trabalhadores temos um vasto xadrez de matrizes em que os aspectos qualitativos sobressaem. Teríamos assim, uma força de trabalho simples e uma força de trabalho complexa (mais precisamente forças de trabalho com diversos graus de complexidade), englobando-se na primeira a que não exigiu qualquer preparação especial, a que é possuída por todo e qualquer trabalhador. A força de trabalho que exigiu uma determinada preparação além do socialmente mínimo (historicamente mutável) é designada de complexa. Assim, qualitativamente podemos distinguir forças de trabalho simples e forças de trabalho complexas, a que correspondem quantidades de trabalho incorporadas na sua produção e, portanto, quantidades de valor da força de trabalho diferentes.

- ii) A uma força de trabalho simples corresponderia realização de um trabalho simples, assim como o consumo de uma força de trabalho complexa daria a um trabalho complexo. O trabalho simples e os diversos trabalhos complexos distinguem-se pelas suas diferentes experiências, adequações a determinados objectos e instrumentos de trabalho, capacidade de conceber e realizar o acto a que vão proceder. Assim, falar em trabalho simples e complexo é falar de diferentes trabalhos concretos, sendo, portanto, irrelevante para o valor e a quantidade de valor. Sem dúvida que o facto do trabalho ser simples ou complexo tem implicações sobre a quantidade de trabalho cristalizado nas mercadorias produzidas mas tal não é a expressão do grau de complexidade mas de este estar ligado a diferentes funções, a diferentes meios de produção, etc.
- iii) Se as categorias de força de trabalho simples e complexa são relevantes para a quantificação do valor da força de trabalho e, portanto, para uma teoria do salário, as de trabalho simples e complexo são derivadas e irrelevantes para a quantidade de valor das mercadorias produzidas pelo consumo das referidas forças de trabalho. Este é um corolário da lei do valor e da independência entre o valor da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas.

3.2. Valor e mercado

A visão tradicional da articulação entre valor e mercado é simples: os valores estão na base dos preços mas depois existem outros factores que intervêm quando do "salto no desconhecido" da passagem da produção para a troca. Os mecanismos de oferta e procura, o mercado, surgem com uma importante exogeneidade em relação à lei do valor, apenas atenuada pela ligação inevitável entre produção, troca e repartição. Mais que uma posição simples é uma formulação simplista.

Quando se procura determinar o valor de uma mercadoria todos estarão de acordo que é necessário considerar as condições médias de produtividade e intensidade de trabalho, mas esta concordância tem feito esquecer que a determinação daquelas exige a prévia definição de um espaço económico-político-geográfico e é aqui que se encontra o grande problema, pois este não é dado à partida. Uma análise cuidada deste problema exige que aquele espaço seja definido como o de confronto entre os diversos produtores independentes do mesmo valor-de-uso. Por outras palavras, a quantificação do valor exige a prévia definição do mercado, ao mesmo tempo que este assume uma nova dimensão: as formas-valor descritas por Marx são, igualmente, formas de confronto da oferta e procura.

A teoria do valor trabalho exige o conceito de concorrência entre produtores do mesmo valor de uso (que designamos por concorrência I) e, simultaneamente, exige uma ruptura conceptual com as teorias vulgares no entendimento do mercado.

A passagem de uma mercadoria da produção para o mercado é sempre um "salto no desconhecido" dada pela autonomia relativa da procura, mas esse desconhecimento nunca é total: aquela também é, em parte, um "salto no conhecido" e o grau de "desconhecimento/conhecimento" é determinado pela importância relativa do produtor independente em relação à produção total.

Fugindo um pouco da temática que nos ocupa neste artigo, não gostaríamos de terminar este ponto sem chamar a atenção para a importância deste aspecto para uma reelaboração global da Economia Política visando a articulação, até agora não conseguida, entre as leis objectivas da dinâmica macroeconómica da sociedade capitalista com o livre-arbítrio individual, a fusão, epistemologicamente correcta, entre a macroeconomia e a microeconomia.

3.3. Preços de produção e preços de mercado

Quando se passa de uma análise abstracta como a anteriormente formulada para uma mais concreta aplicada à sociedade capitalista, baseada na existência de sectores de actividade (espaço económico formado pelos capitais que estão submetidos à mesma norma de produção e troca, no dizer de Aglietta), temos que entrar em conta com um outro tipo de concorrência: a concorrência intersectorial de actividade, que designaremos por concorrência II, a qual apresenta grandes diferenças em relação à concorrência anteriormente referida.

A concorrência II é complementar e exterior à lei do valor. Resulta da unidade do movimento do capital. Enquanto a concorrência I estava identificada com o espaço de valor a concorrência II está-o com o espaço do capital e apresenta-se mais como possibilidade do que como realização. Esta concorrência expressa-se em cada momento como uma possibilidade de novos capitais entrarem num determinado sector de actividade dando lugar a um conjunto de acontecimentos quando se efectiva. Os capitais entrados não tem que ser proveniente de outros sectores de actividades. O confronto entre sectores, através das diferentes taxas de lucro existentes, surge apenas como potência podendo o movimento ter outras origens, mesmo no interior do próprio sector. Com efeito, o risco de entrada de novos capitais num determinado sector pode levar as unidades produtivas aí localizadas a aumentarem o seu capital conduzindo, de modo igual ao que aconteceria se entrassem novas unidades produtivas oriundas de outros sectores, a uma diminuição da taxa de lucro.

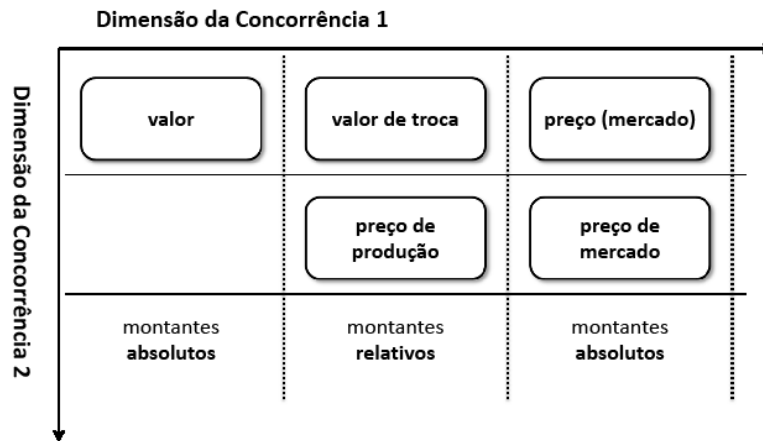
As barreiras de entrada são um dos factores mais condicionantes da efectivação da concorrência II na forma de transferência de capitais de uns sectores para os outros ou de entrada de capitais num determinado sector por ausência de acumulação sua existência contem efeitos perversos: a reprodução das barreiras de entrada gera consequências similares à sua anulação quanto à evolução da taxa de lucro nesse sector. É a posse privada do lucro que faz com que esse movimento perverso se manifeste e se realize.

Também não será difícil concluir que os tempos de realização desta concorrência II são muito diversificados conforme o sector de actividade e a época histórica a que nos reportemos. A dimensão das barreiras de entrada, a periodicidade exigida para a sua reprodução, a dimensão do capital fixo -- que é, simultaneamente, uma barreira de entrada e uma "barreira de saída" dada a grande dificuldade da sua adaptação à produção de capital mercadoria com diferente valor-de-uso -- a amplitude e direcção do crédito, e muitos outros factores que vão desde a informação disponível sobre a actividade económica até ao dinamismo dos empresários, pode condicionar a velocidade de passagem da possibilidade à realidade. Depende igualmente do espaço económico-geográfico que essa concorrência define.

Só a diferença entre estes dois tipos de concorrência, e dos diferentes espaços em que se processam, permite analisar coerentemente o problema da "transformação" dos valores em preços de produção. A questão tendo sido deficientemente colocada, para o que contribui o menosprezo por um outro aspecto: os valores e os preços são realidades diferentes que não são comparáveis entre si. Ou são medidas em unidades diferentes (valor em tempo de trabalho económico, preços em moeda) ou ao procurar-se uma mesma unidade de medida uma das categorias desaparece: se se medirem os "preços" em tempo de trabalho estes desaparecem e estamos a quantificar valores; se se medirem "valores" em moeda estes desaparecem para dar lugar a preços.

A passagem dos valores a preços só pode ser correctamente analisada num espaço bidimensional: no da conjugação do espaço da concorrência I com o do espaço da concorrência II. Quando se trabalha apenas no primeiro espaço apenas podemos encontrar as categorias de valor, valor de troca e preço (tendencialmente de mercado). Quando se movimenta apenas no segundo espaço apenas encontramos as categorias preço de produção e preço de mercado. Se alguma correspondência existe entre as categorias do primeiro espaço e do segundo, e existe, não é entre valor (crystalização de trabalho humano abstracto, categoria que existe por si, em termos absolutos) e preço de produção (preço sectorial relacionado com o dos outros pela taxa de lucro, categoria que só existe no relacionamento relativo com os restantes), mas entre valor de troca (quantidade física de uma mercadoria trocável, de acordo com a lei do valor, por uma unidade da mercadoria quantificada) e preço de produção.

Podemos, de forma simplificada apresentar estas diversas coordenadas da seguinte forma:



3.4. Monopólios e preços

A leitura mais corrente da influência dos monopólios sobre os preços passa pela aceitação de um poder de imposição no mercado, cujos limites são determinados pelas condições de mercado. Sentindo alguns a incongruência dessa leitura com a teoria do valor-trabalho procuram encontrar elos de ligação, eixos de referência que servem para reforçar a aceitação da acção monopolista. A teoria do valor e dos preços, apesar de afirmar que as categorias são relações sociais, não é reelaborada para o novo quadro social. O próprio conceito de monopólio não é claro, tendendo-se a confundir o poder do monopólio com o monopólio do poder. Na caracterização do monopólio há que considerar três grandes vectores:

- a) é o resultado do movimento do capital, da concentração e centralização sob diversas formas e manifestando-se em variados espaços económicos e em múltiplas esferas da produção, distribuição e circulação;
- b) o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial, o capital financeiro, constitui um núcleo decisivo;
- c) Existe uma unidade de gestão das diversas parcelas integradoras do capital monopolista que garante, por razões internas (peso no sector, articulação com unidades a montante, jusante e outros sectores, informações possuídas pelo capital bancário) e externas (acordos, relações com o Estado), um relativo domínio sobre as condições envolventes do exercício de actividade de cada unidade situada na produção, troca ou circulação.

Estes três vectores, que nada tem que ver com a dimensão das unidades produtivas, estão interligados e articulam-se no reforço das relações de produção capitalistas e no domínio parcial das condições envolventes, sempre existente mas relativizado pela concorrência monopolista e pela produção e repartição do valor.

Os monopólios empresariais, com a caracterização anterior, não são identificáveis com o monopólio natural: a lei do valor continua a ser elaborada na base do tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. O seu domínio relativo sobre as condições envolventes é explicado pela interligação entre concorrência I e espaço de quantificação do valor e pela relatividade da dependência-independência, conhecimento-desconhecimento, na articulação da produção com a troca. As barreiras de entrada são o seu "elemento protector" mas têm sempre uma eficácia e duração relativa quer pela força da concorrência entre monopólios que continua a existir, quer pela sua coexistência com pequenas empresas, quer ainda pelos "efeitos perversos" que a reprodução das barreiras de entrada gera: a concorrência II mantém-se e a alteração dos seus tempos e forma é inerente à sua própria existência. Por outras palavras, a existência dos monopólios e dos "preços de monopólio" é compatível com a lei do valor e os preços de produção. A influência dos monopólios sobre os preços existe mas é complexa e relativa:

- a) O "preço de monopólio" não pode ser identificado com elevação de preços. Depende da época histórica, dos mercados em que os monopólios actuam como vendedores e compradores, da conjuntura. Quando existem movimentos de subida de preços impostos pelos monopólios tal fenómeno é sempre localizado, com uma duração mais ou menos prolongada, limitado e coexistente com outros movimentos.
- b) Os enviesamentos dos "preços de monopólio" em relação aos preços de mercado que exprimem os preços de produção estão associados a uma distribuição do valor que coloca limites à manifestação daqueles. A intervenção do Estado nos quadros da política económica visa ampliar o campo de acção, fá-lo, mas não absolutamente.
- c) O reforço do poder dos monopólios, daí falar-se em capitalismo monopolista, e a existência das barreiras económicas anteriormente referidas estão em permanente luta, o que conduziu a modificações económico-institucionais permissíveis da apropriação de um valor ainda inexistente. Tal possibilidade existia desde os primórdios da concentração e centralização do capital mas nem sempre se manifestou com a mesma intensidade, por um lado, nem foi susceptível de uma solução, por outro. Não tinha a mesma intensidade porque inicialmente a preocupação essencial era aniquilar as unidades produtivas que não tivessem sido objecto da mesma concentração e o grau de concentração e centralização ainda não tinha estreitado acentuadamente a mais-valia apropriável. Não era susceptível de solução porque o sistema monetário, articulado ao valor passado -- padrão- ouro -- não tinha tido um desenvolvimento e integração no capital financeiro que permitisse romper essa situação.

A passagem do comportamento dos monopólios para uma nova fase em que as subidas de preços assumem, dentro da sua relatividade, uma particular importância está preferencialmente ligada à alteração no funcionamento do sistema monetário, impulsionada pelo capital financeiro. É dentro desta nova lógica que temos que analisar a problemática dos "preços de monopólio".

3.5. Moeda e acumulação

Sendo a economia capitalista necessariamente monetária e a moeda uma relação social não é de estranhar que, mantendo as características essenciais, assuma em capitalismo monopolista novas formas de manifestação das suas funções e que a expressão concreta da reprodução do equivalente geral se traduza por uma diferente articulação entre os diversos tipos de moeda.

O crédito, herdeiro capitalista da usura, introduz novas formas de relação entre os produtores independentes permitindo desde a primeira hora da sua existência a substituição temporária da validação social das mercadorias (venda da mercadoria contra moeda, equivalente geral) pela ante-validação privada das mercadorias (venda da mercadoria contra moeda comercial convertível em moeda bancária). O desenvolvimento do sistema de crédito, o reforço do papel do sistema bancário, a sua hierarquização e ligação ao Estado fez esta evoluir para a ante-validação social das mercadorias (quando a moeda bancária é garantidamente convertida em moeda nacional). A moeda, crescentemente moeda-crédito, vai sofrer as transformações resultantes desta evolução.

A referida evolução tem que ver com a existência de bancos, sua actividade de monetização da moeda comercial e aceitação social da moeda bancária. Passa pela articulação dos diversos bancos e convertibilidade recíproca entre as diversas moedas bancárias, consolidada pela mediação da moeda nacional. Passa finalmente pela constituição de um banco central e hierarquização do sistema bancário, pela consolidação daquele numa actividade de coordenação e apoio cada vez mais intensa.

No quadro da antevalidação social das mercadorias o crédito continua a ter que ser pago, isto é, a mercadoria inicialmente transaccionada tem que ser trocada contra equivalente geral. Contudo, desde o desaparecimento do padrão ouro efectivamente em funcionamento que o equivalente geral é o conjunto articulado dos diversos tipos de moeda coexistentes e naquele a moeda nacional assume uma posição bem específica: garantida pelo Estado, plena circulação no território nacional, convertibilidade com as outras moedas nacionais.

Num quadro de generalização da antevalidação social das mercadorias uma situação de ruptura na circularidade do crédito, expressão de uma manifestação de crise, tanto pode evoluir no sentido da destruição do valor das mercadorias, moeda comercial e moeda bancária, com o correspondente

processo de falências, como de destruição do valor da moeda nacional que, no entanto, continua a desempenhar cabalmente as suas funções na economia nacional (na internacional sofre um processo de desvalorização). Neste último caso estamos perante a pseudo-validação social, expressão da impossibilidade institucional de falência do banco central. Quando este passou a ser também o garante em última instância do funcionamento de todo o sistema bancário -- sustentáculo importante do capital financeiro -- quando a sua moeda não é apenas mais uma moeda bancária mas identifica-se com a moeda nacional e é instrumento de crédito em crise, é garante da sobrevivência do conjunto das moedas bancárias, deixa de haver falência (não há falência, no plano interno e só aí, do banco central) e ágio na troca pelas outras moedas. Esta ausência não é o resultado do funcionamento das leis objectivas da economia porque o político se entrelaçou mais fortemente com o económico, porque o banco emissor surge como o prolongamento do Estado, mas da intervenção do político. As leis objectivas mantêm-se e apenas as formas da sua manifestação se alteram: passa a haver uma destruição de valor da moeda nacional, atingindo por inteiro o sistema monetário em sucessivos fluxos e refluxos.

A antevalidação social das mercadorias e a sua evolução para a pseudo-validação quando se registam rupturas na circularidade do crédito dominou os sistemas monetário e financeiro desde o período posterior à crise de 1929/33 até aos dias recentes. A violência das crises das décadas de 70 e 80, as novas formas de concorrência monopolista, a crescente desarticulação entre o sistema de crédito e o produtivo caminhando à beira da ruptura (nacional e internacional) e novas formas de intervenção política parecem contribuir para uma nova passagem (inevitavelmente limitada no actual quadro social) à formas "tradicionais" de destruição do capital.

4. INFLAÇÃO

Entre as leis da acumulação capitalista e as formas de evolução dos sistemas monetário e financeiro e da reprodução do equivalente geral não há uma simples simultaneidade. Quando considerado o processo em toda a sua globalidade pode-se afirmar que são aquelas, e sobretudo a formação dos monopólios, que impulsionam as transformações no sistema monetário e as accionam em cada momento, embora se reconheça um certo grau de autonomia da moeda e do crédito. As leis da acumulação são o factor impulsionador e as novas formas de funcionamento do sistema monetário o factor permissivo.

Relacionando o afirmado anteriormente não será difícil deduzir que a inflação é a expressão ao nível dos preços e salários do funcionamento da lei do valor no quadro da generalização da pseudo-validação social das mercadorias imposta pela concentração e centralização do capital.

Não será difícil estabelecer as relações entre esta explicação e a caracterização anteriormente apresentada.

Apenas algumas observações complementares. A primeira diz respeito à relação entre os factores impulsionador e permissivo. A lógica anteriormente referida é válida para o conjunto da economia mundial, mas num pequeno país dependente e aberto ao exterior o seu sistema monetário e financeiro é moldado pelas exigências da acumulação capitalista dos países dominantes. O factor permissivo é prévio ao factor impulsionador, podendo até estimulá-lo, e as transformações no seu sistema monetário e financeiro são ditadas pelo sistema capitalista mundial.

A segunda observação alerta para a existência de leis objectivas de dinâmica auto-acumulativa do processo inflacionista, nomeadamente pela falência de certos mecanismos de ultrapassagem da crise.

O último alerta visa chamar a atenção para a viabilidade da explicação anterior se aplicar a outras situações pontuais, que embora não identificáveis com a inflação não deixam de apresentar algumas semelhanças. Com efeito, a generalização da pseudo-validação social das mercadorias só se pode estabelecer de uma forma duradoira, influenciando sistematicamente, quando tal é uma expressão das necessidades da acumulação. Contudo, mesmo quando essas condições ainda não estão criadas podem surgir situações, nomeadamente de cariz político, que levem transitoriamente a uma tal generalização.

4.1. Quadro actual

O abrandamento da inflação nos países desenvolvidos é uma das possibilidades englobadas na anterior explicação da inflação. É o resultado conjugado da "exportação" da pseudo-validação social das mercadorias para os países subdesenvolvidos (pela colossal dívida externa) e da acção dos factores anteriormente referidos relacionados com um maior peso, ainda minoritário, da passagem da antevalidação social das mercadorias à destruição das mercadorias em relação à passagem daquela à pseudo-validação.

CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Vítor Coelho Barros / António Fragata

Agricultura minifundiária: Que tecnologia?

Maria Isabel R. T. Soares

Perspectiva económico-energética da agricultura portuguesa

Maria Cristina Barbot Campos e Matos

Estratégias das pequenas explorações familiares

Manuel Carlos Silva / Marga von Toor

Camponeses e patronos numa aldeia minhota

Ana Maria Bianchi / Fernando Montero / José Flávio Motta

Metodologia positiva na Ciência Económica

José Luís Cardoso

Reflexões sobre a História do Pensamento Económico

Carlos Pimenta

Percursos teóricos a propósito da Inflação

Albano Cordeiro

Inserção social dos Imigrantes / Autonomias comunitárias

Sérgio Lopes

Imigrantes portugueses e profissões de construção civil



CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Número 7 / Novembro 1988

Sumário

Agricultura e Agricultores

Vitor Coelho Barros / António Fragata
Agricultura minifundiária: que tecnologia? 3

Maria Isabel R. T. Soares
Uma perspectiva económico-energética da agricultura portuguesa: análise de um paradoxo 23

Maria Cristina Barbot Campos e Matos
As estratégias das pequenas explorações familiares 35

Manuel Carlos Silva / Marga von Toor
Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota 51

Olhares Sobre a Ciência Económica

Ana Maria Bianchi / Fernando Montero / José Flávio Motta
A metodologia positivista na Ciência Económica: uma visão inquieta 81

José Luís Cardoso
Algumas reflexões sobre objecto e método da História do Pensamento Económico 97

Carlos Pimenta
Percursos teóricos a propósito da inflação 113

Questões da Imigração Portuguesa

Albano Cordeiro
Uma inserção autocontrolada: o exemplo da Comunidade Portuguesa em França 129

Albano Cordeiro
O reconhecimento de autonomias comunitárias 133

Sérgio Lopes
Os emigrantes portugueses e as profissões de construção civil em França 137

Augusto Santos Silva / Helena Santos
Um roteiro bibliográfico para o estudo do artesanato português 143

Notícias 151



PERCURSOS TEÓRICOS A PROPÓSITO DA INFLAÇÃO

Carlos Pimenta *

«Em 1986 a taxa de inflação dos países industriais reduziu-se a 2,3%, o nível mais baixo registado desde 1961. (...) Esta diminuição pronunciada teve carácter geral, pois apenas em dois países dos que declararam dados se registaram aumentos (Canadá e Noruega)».

(Boletim del FMI, 16 de Março de 1987, p. 75)

Com o decréscimo da «taxa de inflação» nos países industrializados poderá parecer a alguns despropositado escrever um artigo sobre tal tema, tanto mais que o nosso país também se encontra entre os que beneficiaram de uma diminuição dos preços.

Tal conclusão seria precipitada, por várias razões, a saber:

a) Há já alguns anos que se vem desenhando uma tendência de atenuação do aumento de preços nos países desenvolvidos, mas tal fenómeno não se estende aos países subdesenvolvidos, onde se assiste a fenómenos de agravamento inflacionista. Estamos, em diversas situações, no que poderíamos designar simplisticamente por «exportação da inflação dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos».

b) Considerando apenas os países industrializados também não deixa de ser importante salientar dois factos: i) apesar da diminuição da taxa de crescimento dos preços eles continuam a subir (aspecto evidente mas frequentemente quase esquecido), com a excepção da RFA; ii) a diminuição da taxa de inflação processa-se num período de recuperação da economia mundial, o que significa que a teoria económica tradicional continua desajustada em relação à dinâmica do real.

* Faculdade de Economia do Porto.

c) Do ponto de vista teórico não será dispiciendo testar uma teoria explicativa da inflação, começada a elaborar num período de grande aceleração da inflação, numa situação económica diferente da que se vive actualmente.

Permitam-me, contudo, que dê a este artigo um carácter um pouco diferente do habitual. Em vez de aproveitar este espaço para apresentar as conclusões a que cheguei sobre a inflação, em geral e em Portugal, utilizando o método de exposição, transmito-vos algumas das preocupações que conduziram ao processo de investigação que culminou com o doutoramento. Algumas delas encontraram uma resposta satisfatória, outras continuam a ser motivo de inquietação intelectual e de reflexão. Se as conclusões aqui transmitidas podem surgir um pouco desinseridas e sem a rigorosa dedução lógica, a opção por tal conteúdo do artigo também torna mais explícitas algumas problemáticas.

1. BREVE HISTÓRIA DE UMA INVESTIGAÇÃO

1.1. O interesse pelo estudo da inflação foi a confluência de dois caminhos, o da praxis social e o do estudo, intimamente ligado ao da actividade profissional, sendo de admitir que foi o segundo o determinante, no curto prazo.

Após um percurso algo irregular na docência de diversas cadeiras de economia defrontei-me com o vasto mundo dos problemas monetários. Com uma formação marxista há muitos anos consolidada pelo estudo atento das obras fundamentais e pela prática política, habituado erradamente a considerar a moeda como uma categoria pouco importante no sistema de relações conceptuais, defrontava-me com uma nova realidade: a impossibilidade da teoria marxista construir um edifício completo e coerente, falhando logo nas suas bases — na teoria do valor-trabalho — se não possuir uma teoria da moeda.

Estudar a moeda e o crédito no quadro da economia política foi o completar desta, descobrindo, simultaneamente, muitas das suas lacunas na interpretação da economia contemporânea, e o questionar sobre a validade do marxismo num confronto com outras interpretações da moeda.

Reconstituído o edifício, para o qual contribuiu de uma forma insubstituível o livro *A Moeda em Marx* ⁽¹⁾, constatei que a utilização dos conhecimentos adquiridos sobre e através da moeda e do crédito encontravam a sua plena aplicação, o seu teste de validade, no estudo da inflação. Esta declaração de intenções quanto aos caminhos teóricos a prosseguir era concordante com algumas das preocupações que a intervenção social ia colocando.

Chegava à inflação através da moeda, mas rapidamente concluía que os sistemas monetário e financeiro não eram só por si suficientes para a explicar. A estrutura actual daqueles sistemas mais não é do que um factor permissivo, também ele o resultado de imperativos impostos por determinadas vertentes do processo de acumulação capitalista.

Duas questões se colocaram desde cedo:

- a) O que é a inflação?
- b) Como reelaborar a teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho?

2. PRECISÃO DO OBJECTO TEÓRICO

A necessidade de explicitação do objecto teórico tinha sido uma exigência pressentida desde cedo, mas que se foi consolidando, reelaborando, aprofundando, à medida que investigava a problemática inflacionista, e resultava das seguintes lucubrações:

a) Há muitos objectos reais na sociedade que nunca se transformam em objectos teóricos. Para que tal aconteça é necessário que aqueles sejam acompanhados, estejam relacionados, de alguma forma, com modificações sociais, com alterações na correlação de forças de classes e grupos em confronto. Uma realidade social só se interioriza, só se transforma em tema científico, em tema da economia política, através do conflito. A identificação da inflação com o aumento de preços, embora duradouro, ou com a diminuição do poder de compra da moeda, outra forma de exprimir o mesmo, não exprime esse conflito. Este encontra-se na repartição do rendimento que acompanha a inflação, o que, por sua vez, tem que ver com diferentes ritmos de crescimento entre os diversos preços e os diversos salários, entre aqueles e estes.

b) A palavra «inflação» apresentava uma longa história, prenhe de alterações de sentido. Etimologicamente significava empolamento e era utilizada na linguagem corrente, em expressões como «ter inflação na barriga». Em 1876 um autor português falava de os «inflacionistas» para designar os defensores da emissão monetária sem qualquer obstáculo. Da análise dos relatórios do Banco de Portugal também resultava que

i) entre 1931 (data a partir da qual os relatórios passam a englobar uma análise da economia portuguesa) e 1945, nunca se emprega a palavra «inflação», apesar de se tratar do «custo de vida» e dos «preços» com bastante veemência;

ii) em 1946 e nos dois anos seguintes, é utilizado o substantivo «inflação» no sentido de empolamento, mas aquele é adjectivado: no primeiro ano, de «monetária» e, nos dois seguintes, de «meios de pagamento»;

iii) nos quatro anos seguintes, não há qualquer utilização deste tipo de terminologia, sendo o período em que se começa a atribuir aos aumentos de preços uma conotação negativa;

iv) em 1953, falava-se apenas de «pressão inflacionista», o que vai acontecer até 1969, expressão acompanhada por outras similares; enquanto no primeiro ano não era claro o significado atribuído a tais palavras, em 1955 significa empolamento monetário e, a partir do ano seguinte, passa a significar (embora de início sem grande clareza) aumento de preços;

v) a partir de 1969, verificam-se algumas modificações terminológicas: a expressão «pressões inflacionistas» é substituída por «tensões inflacionistas», a qual é utilizada até 1976. Este adjectivo também é utilizado para qualificar «processo»; o substantivo passa a ser utilizado com adjectivação dirigida à explicitação da causa: «importada», «por via custos», «por via especulativa», «de preços e salários»;

vi) a partir de 1978, o substantivo «inflação» deixa, quase sempre, de ser adjectivado e, por si só, significa aumento de preços.

Havia que despojar o conceito inflação de um lastro linguístico que arrastava consigo a influência do conhecimento corrente e o peso político de certas interpretações do aumento de preços.

c) Cada teoria explicativa da «inflação» tem a sua caracterização. Para uns é «aumento de preços», para outros «excesso de procura»; para uns, «aumento de preços duradouro», para outros, «todo e qualquer aumento de preços»; para uns, uma realidade microeconómica com repercussões macro, para outros, o inverso; para uns, «subida de preços», para outros, «diminuição do poder de compra da moeda», etc.. Muitos dos debates em torno da «inflação» são diálogos de surdos porque a cada posição corresponde o seu objecto teórico.

d) Após aprofundadas análises sobre a natureza dos salários não tinha a mínima dúvida de que aqueles são um preço, assim como a força de trabalho é uma mercadoria. Se tal constitui uma pedra basilar no edifício da teoria do valor-trabalho, os estudos teóricos das outras correntes do pensamento económico e os trabalhos econométricos confirmavam-no. Então não seria legítimo identificar inflação com uma determinada dinâmica dos preços com exclusão dos salários.

e) Produtividade, valor e preços são três categorias interligadas. As duas primeiras estão relacionadas negativamente, e as duas últimas estão-no positivamente. Resta desbravar os caminhos do relacionamento e as suas expressões quantitativas, mas as ligações anteriormente expressas são ponto de convergência entre todas as correntes do pensamento que assumem como relevante o conceito de valor. Assim sendo, o aumento de preços e salários só é um problema teórico na medida em que aqueles aumentam sem aumento do valor, em que crescem conjuntamente com a produtividade. A constatação deste facto permitiu passar da realidade fenomenológica (variação de preços e salários com determinadas características) para a metafenomenológica (confronto entre dinâmica do valor e dos preços), encontrando-nos no cerne do corte epistemológico.

Alguns destes aspectos já tinham encontrado uma resposta em 1978 quando afirmava que «a inflação é um aumento *geral* de preços, que não aparece hoje para desaparecer amanhã, mas que se verifica de forma sistemática... e que tem mostrado tendência de agravamento. É um aumento geral de preços que é *crónico*, que tende a revelar uma tendência cumulativa. (...) Mas estes dois aspectos da alta de preços não são suficientes para caracterizar a inflação, nem dariam por si o relevante carácter social que aquela assume. Os preços aumentam geral e cronicamente, mas atingindo os preços das diversas mercadorias com *intensidades diferentes*, sendo de realçar as

evoluções diferenciadas do preço da força de trabalho e das restantes mercadorias» ⁽²⁾. Mas muitas das preocupações anteriormente expressas, algumas delas cronologicamente posteriores ao referido artigo, não tinham uma resposta.

Mais, algumas das afirmações do extracto anterior ainda exigiam um cuidado refinamento:

a) Como é possível falar de aumento geral de preços quando não se conhecem todos os preços e a amostra revela que em períodos de aumento de preços existem sempre alguns que baixam (um estudioso francês mostraria mesmo que em períodos de aumentos de preços há, por vezes, mais de 50% dos produtos com baixas)?

b) Em que circunstâncias é que se deve falar de aumento crónico de preços? Todos os aumentos sistemáticos de preços têm o mesmo significado qualitativo?

Se esta segunda questão encontrou resposta fácil ao considerar diversos tipos de aumento crónico (tendencial, anual, na fase descendente do ciclo longo, em crise, em todas as situações sem ou com agravamento) o mesmo não aconteceu com a primeira. A resolução das contradições entre dispersão e generalidade dos movimentos dos preços passa pela escolha de uma amostra, pela aplicação de dois critérios: i) um económico (preços no consumidor dos produtos industriais e dos serviços) resultante da análise dos preços durante séculos e, sobretudo, desde o advento do capitalismo em Portugal, por mercados e produtos; ii) um sociológico (preços no consumidor dos produtos indispensáveis à vida das populações, utilizadas maioritariamente numa certa fase histórica).

Da tentativa de solução das questões anteriores e de outras que não são dignas de explicitação chegou-se à seguinte definição: *a inflação é uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica, com unidade na mundialidade daquela formação social e moldada nas especificidades de cada realidade nacional, cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável à diminuição do valor do ouro e que se exprime fenomenologicamente no aumento diferenciado geral crónico dos preços no consumidor dos produtos industriais e serviços e dos salários, diacronicamente heterogéneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas.*

Não nos preocupando em retirar desta caracterização todas as conclusões no que pode ter de válido para apreciação crítica de diversas explicações da inflação, para a periodização e quantificação da inflação em Portugal ou ainda para a chamada de atenção para os problemas principais a reanalisar na teoria do valor, gostaríamos de insistir sobre os seguintes aspectos:

i) Alguns dos germes da inflação encontram-se, no que se refere a Portugal, no início deste século, situando-se numa fase de gestação até à recuperação que se seguiu à grande crise de 1929/33. No início da década de 50 e de 70 encontram-se os arranques de duas novas fases qualitativamente diferentes.

ii) O cerne da inflação é o hiato entre as dinâmicas dos valores e dos preços e salários, pelo que é possível ter-se aumentos de preços sem inflação (pseudo-inflação) e inflação sem aumento de preços (cripto-inflação). Todos os factores capazes de influenciar micro ou macroeconomicamente a dinâmica dos preços e salários mas

sem alterar macrotemporalmente, estruturalmente, aquele hiato são variáveis irrelevantes ou de segundo plano.

Quanto à dispersão constatou-se que o período historicamente limitado de alta dos preços com as características actuais herdou a dispersão dos preços nas suas várias dimensões, impondo-lhe algumas modificações qualitativas e que a dispersão dos preços e salários não é uma categoria autónoma, justaposta às outras características da estrutura de preços, pois integra e caracteriza esta e sofre a acção do movimento global. Constatou-se que existem alguns períodos particularmente importantes para o processo inflacionista, períodos de alteração qualitativa, que são de modificação profunda da estrutura de preços e salários relativos. Concluiu-se que é o aumento do crescimento dos preços que aumenta a dispersão. Contudo, ficaram por estudar muitos aspectos do ritmo diferenciado de variação de preços (determinantes estatísticos principais da diferenciação, quantificação das relações anteriormente referidas, natureza dos períodos de transição, etc.).

Problemas que ficaram em aberto e que têm importantes consequências teóricas, na medida em que a dispersão é a heterogeneidade a ser explicada no quadro da homogeneidade do espaço dos valores e de propagação monetária.

3. QUESTÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR

Colocar o cerne da problemática inflacionista no hiato estrutural entre a massa de valores e de preços pressupunha uma opção implícita, que havia que explicitar pela teoria do valor-trabalho, remetendo para o núcleo duro das controvérsias há muito estabelecidas: articulação valor/preços.

As respostas fundamentais ao referido ponto de controvérsia são exteriores à Economia Política, são do foro da Epistemologia. Só o longo percurso pelas relações dialécticas entre o concreto e o abstracto, o concreto-sensível e o concreto-de-conhecimento, o objecto-real e o objecto-teórico, o fenómeno e a essência, a abstracção e a abstracção-científica, a passagem do-concreto-ao-abstracto e do-abstracto-ao-concreto, a realidade-fenomenológica e a realidade-metafenomenológica impede transferir para o ontológico as limitações do gnoseológico, permite fundamentar coerentemente uma teoria do valor e utilizá-la como suporte científico para o estudo da totalidade das relações económico-sociais. Contudo, também no estrito quadro da Economia Política se colocam dificuldades: não existe uma teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho, por muito importantes e insubstituíveis que sejam as análises desta.

Para quem esteja habituado a raciocinar dentro dos quadros teóricos da referida teoria do valor não será difícil deduzir que três grandes questões se colocavam:

— Qual a relação entre valor, valor de troca, preço de produção e preço de mercado? Como se processa a «transformação» dos valores em preços de produção e qual o significado dessa «transformação»?

— Qual a acção dos monopólios (cujo significado haveria que precisar) sobre os valores, preços de produção e preços de mercado?

— Qual a intervenção da moeda e do crédito sobre a estrutura de valores e de preços?

Duas outras se colocavam, na medida em que eram indispensáveis para a especificação da quantificação do valor:

— Qual a relação entre o valor e os mecanismos de mercado?

— Quais as diferenças entre o «trabalho simples» e o «trabalho complexo» na criação de valor?

Tentemos responder a cada uma delas, de uma forma breve, seguindo a ordem de elaboração da teoria do valor.

3.1. «Redução» do trabalho complexo ao trabalho simples

É corrente na literatura sobre estes assuntos afirmar que a quantificação do valor exige uma tripla redução: do trabalho concreto ao trabalho abstracto, do trabalho complexo ao trabalho simples e às condições médias de produção. É dentro deste panorama que surge o problema em epígrafe, dentro dum cenário que está viciado à partida:

— não tem sentido passar do trabalho concreto ao trabalho abstracto porque ambos não são mais do que características do mesmo e único trabalho e quando a vertente social do trabalho é predominante, histórica e logicamente, em relação à individual;

— tais análises tendem a confundir a unidade de medida de um certo «espaço» com a existência deste: perante a dificuldade de encontrar a «unidade de tempo-padrão» para medir o «espaço do *quantum* de trabalho» tendem a negar a existência deste; é a vertente qualitativa do valor que permite a sua vertente quantitativa e a relação entre «espaço» e «medida» faz-se na passagem lógica do primeiro para a segunda e não o inverso;

— a problemática do trabalho simples e complexo ao nível da quantidade de valor criado é um falso problema.

Precisemos o conteúdo deste último ponto, que é o resultado da obra de Marx ainda apresentar alguns resquícios (reduzidos e sem consequências minimamente significativas para a teoria do valor e a explicação do capitalismo) do período anterior à sua genial descoberta da diferença entre as categorias trabalho e força de trabalho; de sobre eles alguns dos seus críticos colocarem as «cargas de dinamite» da luta teórica e, ainda, de uma certa dificuldade do pensamento marxista em agarrar o essencial de *O Capital* para elaborar novos desenvolvimentos que a dinâmica da sociedade e da ciência económica exigem.

A demonstração de que é um falso problema pode ser referida em três pontos:

i) Como recordámos num outro trabalho, se considerarmos a força de trabalho dos diversos trabalhadores, temos um vasto xadrez de matrizes em que os aspectos qualitativos sobressaem. Teríamos, assim, uma força de trabalho simples e uma força de trabalho complexa (mais precisamente, forças de trabalho com diversos graus de complexidade), englobando-se na primeira a que não exigiu qualquer preparação especial, a que é possuída por todo e qualquer trabalhador. A força de trabalho que exigiu uma determinada preparação além do socialmente mínimo (historicamente mutável) é designada de complexa. Assim, qualitativamente podemos distinguir *forças de trabalho simples* e *forças de trabalho complexas*, a que correspondem quantidades de trabalho incorporadas na sua produção e, portanto, *quantidades de valor da força de trabalho* diferentes.

ii) A uma força de trabalho simples corresponderia a realização de um *trabalho simples*, assim como o consumo de uma força de trabalho complexa daria um *trabalho complexo*. O trabalho simples e os diversos trabalhos complexos distinguem-se pelas suas diferentes experiências, adequações a determinados objectos e instrumentos de trabalho, capacidade de conceber e realizar o acto a que vão proceder. Assim, falar em trabalho simples e complexo é falar de *diferentes trabalhos concretos*, sendo, portanto, irrelevante para o valor e a quantidade de valor. Sem dúvida que o facto do trabalho ser simples ou complexo tem implicações sobre a quantidade de trabalho cristalizado nas mercadorias produzidas mas tal não é a expressão do grau de complexidade mas de este estar ligado a diferentes funções, a diferentes meios de produção, etc..

iii) Se as categorias de força de trabalho simples e complexa são relevantes para a quantificação do valor da força de trabalho e, portanto, para uma teoria do salário, as de trabalho simples e complexo são derivadas e irrelevantes para a quantidade de valor das mercadorias produzidas pelo consumo das referidas forças de trabalho. Este é um corolário da lei do valor e da independência entre o valor da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas.

3.2. Valor e mercado

A visão tradicional da articulação entre valor e mercado é simples: os valores estão na base dos preços mas depois existem outros factores que intervêm quando do «salto no desconhecido», da passagem da produção para a troca. Os mecanismos de oferta e procura, o mercado, surgem com uma importante exogeneidade em relação à lei do valor, apenas atenuada pela ligação inevitável entre produção, troca e repartição. Mais que uma posição simples é uma formulação simplista.

Quando se procura determinar o valor de uma mercadoria, todos estarão de acordo que é necessário considerar as condições médias de produtividade e intensidade de trabalho, mas esta concordância tem feito esquecer que a determinação daquelas exige a prévia definição de um *espaço* económico-político-geográfico e é aqui que se encontra o grande problema, pois este não é dado à partida. Uma sua

análise cuidada exige que aquele espaço seja definido como o de confronto entre os diversos produtores independentes do mesmo valor-de-uso. Por outras palavras, a *quantificação do valor exige a prévia definição do mercado*, ao mesmo tempo que este assume uma nova dimensão: as formas-valor descritas por Marx são, igualmente, formas de confronto da oferta e procura.

A teoria do valor trabalho exige o conceito de concorrência entre produtores do mesmo valor de uso (que designamos por *concorrência I*) e, simultaneamente, exige uma ruptura conceptual com as teorias vulgares no entendimento do mercado.

A passagem de uma mercadoria da produção para o mercado é sempre um «salto no desconhecido» dada pela autonomia relativa da procura, mas esse desconhecimento nunca é total: aquela também é, em parte, um «salto no conhecido» e o grau de «*desconhecimento/conhecimento*» é determinado pela importância relativa do produtor independente em relação à produção total.

Fugindo um pouco da temática que nos ocupa neste artigo, não gostaríamos de terminar este ponto sem chamar a atenção para a importância deste aspecto para uma reelaboração global da Economia Política visando a articulação, até agora não conseguida, entre as leis objectivas da dinâmica macroeconómica da sociedade capitalista com o livre arbítrio individual, a fusão, epistemologicamente correcta, entre a macroeconomia e a microeconomia.

3.3. Preços de produção e preços de mercado

Quando se passa de uma análise abstracta, como a anteriormente formulada, para uma mais concreta, aplicada à sociedade capitalista, baseada na existência de sectores de actividade (espaço económico formado pelos capitais que estão submetidos à mesma norma de produção e troca, no dizer de AGLIETTA), temos de entrar em conta com um outro tipo de concorrência: a concorrência inter-sectores de actividade, que designaremos por *concorrência II*, a qual apresenta grandes diferenças em relação à concorrência anteriormente referida.

A concorrência II é complementar e exterior à lei do valor. Resulta da unidade do movimento do capital. Enquanto a concorrência I estava identificada com o espaço de valor, a concorrência II está-o com o espaço do capital e apresenta-se mais como possibilidade do que como realização.

Esta concorrência expressa-se em cada momento como uma *possibilidade* de novos capitais entrarem num determinado sector de actividade, dando lugar a um conjunto de acontecimentos quando se efectiva. Os capitais entrados não têm que ser provenientes de outros sectores de actividade.

O confronto entre sectores, através das diferentes taxas de lucro existentes, surge apenas como potência podendo o movimento ter outras origens, mesmo no interior do próprio sector. Com efeito, o risco de entrada de novos capitais num determinado sector pode levar as unidades produtivas aí localizadas a aumentarem o seu capital conduzindo, de modo igual ao que aconteceria se entrassem novas unidades produtivas oriundas de outros sectores, a uma diminuição da taxa de lucro.

As *barreiras de entrada* são um dos factores mais condicionantes da efectivação da concorrência II na forma de transferência de capitais de uns sectores para os outros ou de entrada de capitais num determinado sector por ausência de acumulação. A sua existência contém efeitos perversos: a reprodução das barreiras de entrada gera, quanto à evolução da taxa de lucro nesse sector, consequências similares à sua anulação. É a posse privada do lucro que faz com que esse movimento perverso se manifeste e se realize.

Também não será difícil concluir que os tempos de realização desta concorrência II é muito diversificada conforme o sector de actividade e a época histórica a que nos reportemos. A dimensão das barreiras de entrada, a periodicidade exigida para a sua reprodução, a dimensão do capital fixo — que é, simultaneamente, uma barreira de entrada e uma «barreira de saída» dada a grande dificuldade da sua adaptação à produção de capital-mercadoria com diferente valor-de-uso — a amplitude e direcção do crédito, e muitos outros factores que vão desde a informação disponível sobre a actividade económica até ao dinamismo dos empresários, podem condicionar a velocidade de passagem da possibilidade à realidade. A concorrência II depende igualmente do espaço económico-geográfico que essa concorrência define.

Só a diferença entre estes dois tipos de concorrência, e dos diferentes espaços em que se processam, permite analisar coerentemente o problema da «transformação» dos valores em preços de produção. A questão tem sido deficientemente colocada, para o que contribui o menosprezo por um outro aspecto: os valores e os preços são realidades diferentes que não são comparáveis entre si. Ou são medidas em unidades diferentes (valor em tempo de trabalho económico, preços em moeda) ou, ao procurar-se uma mesma unidade de medida, uma das categorias desaparece: se se medirem os «preços» em tempo de trabalho estes desaparecem e estamos a quantificar valores; se se medirem «valores» em moeda estes desaparecem para darem lugar a preços.

A passagem dos valores a preços só pode ser correctamente analisada num espaço bidimensional: no da conjugação do espaço da concorrência I com o do espaço da concorrência II. Quando se só trabalha no primeiro espaço, apenas podemos encontrar as categorias de valor, valor de troca e preço (tendencialmente de mercado). Quando se movimenta apenas no segundo espaço apenas encontramos as categorias: preço de produção e preço de mercado. Se alguma correspondência existe entre as categorias do primeiro espaço e do segundo, e existe, não é entre valor (crystalização de trabalho humano abstracto, categoria que existe por si, em termos absolutos) e preço de produção (preço sectorial relacionado com o dos outros pela taxa de lucro, categoria que só existe no relacionamento relativo com os restantes), mas entre valor de troca (quantidade física de uma mercadoria trocável, de acordo com a lei do valor, por uma unidade da mercadoria quantificada) e preço de produção.

Podemos, de forma simplificada, apresentar estas diversas coordenadas da seguinte forma:

	Dimensão da concorrência I		
Dimensão da concorrência II	VALOR	VALOR DE TROCA	PREÇO (mercado)
		PREÇO DE PRODUÇÃO	PREÇO DE MERCADO
	(montantes absolutos)	(montantes relativos)	(montantes absolutos)

3.4. Monopólios e preços

A leitura mais corrente da influência dos monopólios sobre os preços passa pela aceitação de um poder de imposição no mercado, cujos limites são determinados pelas condições deste. Sentindo alguns a incongruência dessa leitura com a teoria do valor-trabalho procuram encontrar elos de ligação, eixos de referência que servem para reforçar a aceitação da acção monopolista. A teoria do valor e dos preços, apesar de afirmar que as categorias são relações sociais, não é reelaborada para o novo quadro social. O próprio conceito de monopólio não é claro, tendendo-se a *confundir o poder do monopólio com o monopólio do poder*.

Na caracterização do *monopólio* há que considerar três grandes vectores:

a) é o resultado do movimento do capital, da concentração e da centralização, sob diversas formas, do capital, manifestando-se em variados espaços económicos e em múltiplas esferas da produção, distribuição e circulação;

b) o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial, o capital financeiro, constitui um núcleo decisivo;

c) existe uma unidade de gestão das diversas parcelas integradoras do capital monopolista que garante, por razões internas (peso no sector; articulação com unidades a montante, juzante e outros sectores; informações possuídas pelo capital bancário) e externas (acordos; relações com o Estado), um relativo domínio sobre as condições envolventes do exercício de actividade de cada unidade situada na produção, troca ou distribuição.

Estes três vectores, que nada têm que ver com a dimensão das unidades produtivas, estão interligados e articulam-se no reforço das relações de produção capitalistas e no domínio parcial das condições envolventes, sempre existente mas relativizado pela concorrência monopolista e pela produção e repartição do valor.

Os monopólios empresariais, com a caracterização anterior, não são identificáveis com o monopólio natural: a lei do valor continua a funcionar na base do tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. O seu domínio relativo sobre as condições envolventes é explicado pela interligação entre concorrência I e espaço de quantificação do valor e pela relatividade da dependência/independência, conhecimento/desconhecimento, na articulação da produção com a troca. As barreiras de entrada são o seu «elemento protector» mas têm sempre uma eficácia e duração relativas quer pela força da concorrência entre monopólios que continua a existir,

quer pela sua coexistência com pequenas empresas, quer ainda pelos «efeitos perversos» que a reprodução das barreiras de entrada gera: a concorrência II mantém-se e a alteração dos seus tempos e forma é inerente à sua própria existência.

Por outras palavras, a existência dos monopólios e dos «preços de monopólio» é compatível com a lei do valor e os preços de produção.

A influência dos monopólios sobre os preços existe mas é complexa e relativa:

a) O «preço de monopólio» não pode ser identificado com elevação de preços. Depende da época histórica, dos mercados em que os monopólios actuam como vendedores e compradores, da conjuntura. Quando existem movimentos de subida de preços impostos pelos monopólios, tal fenómeno é sempre localizado, com uma duração mais ou menos prolongada, limitado e coexistente com outros movimentos.

b) Os enviesamentos dos «preços de monopólio» em relação aos preços de mercado que exprimem os preços de produção estão associados a uma distribuição do valor que coloca limites à manifestação daqueles. A intervenção do Estado nos quadros da política económica visa ampliar o campo de acção, fá-lo, mas não absolutamente.

c) O reforço do poder dos monopólios, daí falar-se em capitalismo monopolista, e a existência das barreiras económicas anteriormente referidas estão em permanente luta, o que conduziu a modificações económico-institucionais permissíveis da apropriação de um valor ainda inexistente. Tal possibilidade existia desde os primórdios da concentração e centralização do capital mas nem sempre se manifestou com a mesma intensidade, por um lado, nem foi susceptível de uma solução, por outro. Não tinha a mesma intensidade porque inicialmente a preocupação essencial era aniquilar as unidades produtivas que não tivessem sido objecto da mesma concentração e o grau de concentração e centralização ainda não tinha estreitado acentuadamente a mais-valia apropriável. Não era susceptível de solução porque o sistema monetário, articulado ao valor do passado — padrão-ouro — não tinha tido um desenvolvimento e integração no capital financeiro que permitisse romper essa situação.

A passagem do comportamento dos monopólios para uma nova fase em que as subidas de preços assumem, dentro da sua relatividade, uma particular importância está preferencialmente ligada à alteração no funcionamento do sistema monetário, impulsionada pelo capital financeiro. É dentro desta nova lógica que temos que analisar a problemática dos «preços de monopólio».

3.5. Moeda e acumulação

Sendo a economia capitalista necessariamente monetária e a moeda uma relação social, não é de estranhar que, mantendo as características essenciais, assuma em capitalismo monopolista novas formas de manifestação das suas funções e que a expressão concreta da *reprodução do equivalente geral* se traduza numa diferente articulação entre os diversos tipos de moeda.

O crédito, herdeiro capitalista da usura, introduz novas formas de relação entre os produtores independentes, permitindo, desde a primeira hora da sua existência, a substituição temporária da *validação social* das mercadorias (venda da mercadoria contra moeda, equivalente geral) pela *antevalidação privada das mercadorias* (venda da mercadoria contra moeda comercial convertível em moeda bancária). O desenvolvimento do sistema de crédito, o reforço do papel do sistema bancário, a sua hierarquização e ligação ao Estado fez esta evoluir para a *antevalidação social das mercadorias* (quando a moeda bancária é garantidamente convertida em moeda nacional). A moeda, crescentemente moeda-crédito, vai sofrer as transformações resultantes desta evolução.

A referida evolução tem que ver com a existência de bancos, sua actividade de monetização da moeda comercial e aceitação social da moeda bancária. Passa pela articulação dos diversos bancos e convertibilidade recíproca entre as diversas moedas bancárias, consolidada pela mediação da moeda nacional. Passa finalmente pela constituição de um banco central e hierarquização do sistema bancário, pela consolidação daquele numa actividade de coordenação e apoio cada vez mais intensa.

No quadro da antevalidação social das mercadorias o crédito continua a ter que ser pago, isto é, a mercadoria inicialmente transaccionada tem que ser trocada contra equivalente geral. Contudo, o equivalente geral é o conjunto articulado dos diversos tipos de moeda coexistentes e desde o desaparecimento do padrão-ouro efectivamente em funcionamento a moeda nacional assume uma posição bem específica: garantida pelo Estado, plena circulação no território nacional, convertibilidade com as outras moedas nacionais.

Num quadro de generalização da antevalidação social das mercadorias, uma situação de *ruptura* na circularidade do crédito, expressão de uma manifestação de crise, tanto pode evoluir no sentido da destruição do valor das mercadorias, moeda comercial e moeda bancária, com o correspondente processo de falências, como de destruição do valor da moeda nacional que, no entanto, continua a desempenhar cabalmente as suas funções na economia nacional (na internacional sofre um processo de desvalorização). Neste último caso estamos perante a *pseudovalidação social*, expressão da impossibilidade institucional de falência do banco central. Quando este passou a ser também o garante em última instância do funcionamento de todo o sistema bancário — sustentáculo importante do capital financeiro —, quando a sua moeda não é apenas mais uma moeda bancária mas se identifica com a moeda nacional e é instrumento de crédito em crise, é garante da sobrevivência do conjunto das moedas bancárias, deixa de haver falência (não há falência, no plano interno e só aí, do banco central) e ágio na troca pelas outras moedas. Esta ausência não é o resultado do funcionamento das leis objectivas da economia porque o político se entrelaçou mais fortemente com o económico, porque o banco emissor surge como o prolongamento do Estado, mas da intervenção do político. As leis objectivas mantêm-se e apenas as formas da sua manifestação se alteram: passa a haver uma destruição de valor da moeda nacional, atingindo por inteiro o sistema monetário em sucessivos fluxos e refluxos.

A antevalidação social das mercadorias e a sua evolução para a pseudovalidação quando se registam rupturas na circularidade do crédito dominou os sistemas mone-

tário e financeiro desde o período posterior à crise de 1929/33 até aos dias recentes. A violência das crises das décadas de 70 e 80, as novas formas de concorrência monopolista, a crescente desarticulação entre os sistemas de crédito e o produtivo caminhando à beira da ruptura (nacional e internacional) e o ressurgir de novas formas de intervenção política parecem contribuir para uma nova passagem (inevitavelmente limitada no actual quadro social) às formas «tradicionais» de destruição do capital.

4. INFLAÇÃO

Entre as leis da acumulação capitalista e as formas de evolução dos sistemas monetário e financeiro e da reprodução do equivalente geral não há uma simples simultaneidade. Quando considerado o processo em toda a sua globalidade pode-se afirmar que são aquelas, e, sobretudo, a formação dos monopólios, que impulsionam as transformações no sistema monetário e as accionam em cada momento, embora se reconheça um certo grau de autonomia da moeda e do crédito. As leis da acumulação são o factor impulsionador, e as novas formas de funcionamento do sistema monetário o factor permissivo.

Relacionando o afirmado anteriormente, não será difícil deduzir que a *inflação é a expressão ao nível dos preços e salários do funcionamento da lei do valor no quadro da generalização da pseudovalidação social das mercadorias imposta pela concentração e centralização do capital.*

Não será difícil estabelecer as relações entre esta explicação e a caracterização anteriormente apresentada.

Apenas algumas observações complementares. A primeira diz respeito à relação entre os factores impulsionador e permissivo. A lógica anteriormente referida é válida para o conjunto da economia mundial, mas, num pequeno país dependente e aberto ao exterior, o seu sistema monetário e financeiro é moldado pelas exigências da acumulação capitalista dos países dominantes. O factor permissivo é prévio ao factor impulsionador, podendo até estimulá-lo, e as transformações no seu sistema monetário e financeiro são ditadas pelo sistema capitalista mundial.

A segunda observação alerta para a existência de leis objectivas de dinâmica auto-acumulativa do processo inflacionista, nomeadamente pela falência de certos mecanismos de ultrapassagem da crise.

A última referência visa chamar a atenção para a viabilidade da explicação anterior se aplicar a outras situações pontuais, que, embora não identificáveis com a inflação, não deixam de apresentar algumas semelhanças. Com efeito, a generalização da pseudovalidação social das mercadorias só se pode estabelecer de uma forma duradoira, influenciando sistematicamente, quando tal é uma expressão das necessidades da acumulação. Contudo, mesmo quando essas condições ainda não estão criadas, podem surgir situações, nomeadamente de cariz político, que levem transitoriamente a uma tal generalização.

4.1. Quadro actual

O abrandamento da inflação nos países desenvolvidos é uma das possibilidades englobadas na anterior explicação da inflação. É o resultado conjugado da «exportação» da pseudovalidação social das mercadorias para os países subdesenvolvidos (pela colossal dívida externa) e da acção dos factores anteriormente referidos relacionados com um maior peso, ainda minoritário, da passagem da antevalidação social das mercadorias à destruição das mercadorias em relação à passagem daquela à pseudovalidação.

Maio 1987

NOTAS

- (1) BRUNNOFF, Suzanne, *La monnaie chez Marx*, 2.^a ed., 1973, Paris, Editions Sociales, p. 197.
- (2) PIMENTA, Carlos, «Para uma análise marxista da inflação», EC n.º 13, 1978, Março, pp. 31-63.